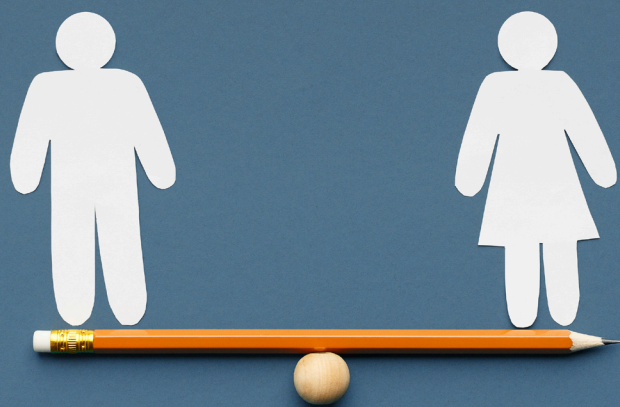


INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo /
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-261-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.613211607>

1. Gênero sexual. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti,
Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Título.
CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Produzir e difundir conhecimentos: Lentes de gênero e olhares multifacetados

Uma das muitas tarefas de mais simples execução é continuar a reunir exemplos empíricos de como a análise de gênero transformou a teoria e a prática em subcampos específicos da ciência. (SCHIEBINGER, 2001, p. 17).

Nos diversos campos de atuação – político, social, econômico e jurídico – a questão de gênero tem sido tratada e traz contribuições nas vivências e nas experiências de organizações governamentais e não-governamentais, destacadas nas agendas acadêmicas e na elaboração de políticas públicas, bem como em atividades cotidianas e de modos de produzir a vida.

Muito se registra no âmbito dos estudos de gênero, invocando e realizando mudanças metodológicas e epistemológicas significativas. Exigem rigor, apoio comunitário e social, transformações nas mentalidades e criação de espaços de fomentos. Por conseguinte, exigem concomitantemente maior destaque à inovação e à criatividade, seja de equipes ou pesquisadoras/es individualizados. Portanto, não só produzir, mas circular, difundir e educar amplamente.

O eixo temático escolhido para essa coletânea aproveita contribuições e análises interseccionais tanto para o campo da inovação social e organizacional quanto das tecnologias a partir do uso de lentes de gênero para promover relações mais igualitárias e ações inovadoras. Novas direções e novas dimensões são incorporadas no desenvolvimento técnico-acadêmico, impactando em linguagens, metodologias e estudos concretos.

Com capítulos que perfazem interdisciplinaridade e diversidade geográfica de uma país continental, “Inovação e Gênero” assinala níveis de estudos sobre participação das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ nas ciências, em suas expressões mais variadas. Matizando e disponibilizando dados empíricos e interpretações, vertentes metodológicas múltiplas, além de elencar a relevância de estabelecer indicadores sobre relações de gênero são encontradas nos textos autorais.

Londa Schiebinger (2020) assinala que desenvolvimento e inovação podem significar impactos sociais e econômicos. Deste modo, as inovações com perspectivas de gênero, podem agregar valor à pesquisa e às ciências, garantindo fatores de excelência (Schiebinger, 2008). Ademais, de qualidade nos resultados e aprimoramento rumo à sustentabilidade, podem impactar nas dinâmicas sociais, tornando processos educativos e de promoção de igualdade de maneira a atender também às necessidades sociais.

Como exemplos de pesquisas mais recentes, essa obra traz descrições e análises sobre criação de sistema de acesso à justiça, uso de plataformas digitais promovendo candidaturas e elaboração de projetos de impactos sociais, mapeamento de contribuições dentro das Ciências Sociais e Humanas no que se refere à divisão sexual do trabalho

e possíveis impactos em categorias relações como família, organizações econômicas e produção local; condições de vida e trabalho no combate às desigualdades, valorizando associações comunitárias e experiências empreendedoras, leituras ensaísticas sobre corpos, sexualidades e liberdades.

Inovações técnico-científicas, em pleno século XXI, já ganham nomeações envolvendo mulheres e gênero. São pequenos passos, relevantes na visibilidade, nas esferas científicas e tecnológicas, mas também apontam decisões políticas e de agendas educativas que promovem e incentivem maior participação (não só a política de presença e representatividade), mas de acessibilidade integral.

Boa leitura e que possamos promover maiores impactos tecnológicos e sociais,

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti








REFERÊNCIAS





SCHIEBINGER, L. & KLINGE, I. Gendered Innovations: How Inclusive Analysis Contributes to Research and Innovation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020.

SCHIEBINGER, L. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, p.269-281. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/LZcRqYbsQR4cxYkgfCGyjyr/?lang=pt>

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VIOLÊNCIAS SOBREPOSTAS NA PANDEMIA: O MACHISMO QUE MATA, AS AGENDAS E OS ENFRENTAMENTOS NO BRASIL	
Márcia Regina Ribeiro Teixeira Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116071	
CAPÍTULO 2	15
FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PANDEMIA DO COVID -19	
Natalia Battini Simões Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116072	
CAPÍTULO 3	24
#MÃESNAPOLÍTICA: CANDIDATAS ÀS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL	
Renata Garcia Senlle	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116073	
CAPÍTULO 4	36
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DE LEITURAS CLÁSSICAS DO SÉCULO XIX	
Bárbara Maria de Lana Luiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116074	
CAPÍTULO 5	45
RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESIGUALDADE DE GÊNERO RELACIONADA AO TRABALHO	
Isabela Ovídio Ramos Saygra Batista Sousa Bruna Alves Pelizon Álvaro Augusto Trigo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116075	
CAPÍTULO 6	51
QUEM TRAZ NO CORPO ESSA MARCA POSSUI A ESTRANHA MANIA DE TER FÉ NA VIDA: RELATO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE ITAPERUNA-RJ	
Josélia Rita da Silva Rafael Soares Salles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116076	
CAPÍTULO 7	62
ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 70	
Bárbara Maria de Lana Luiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116077	

CAPÍTULO 8	71
CORPOS, SEXO E GÊNERO EM FACE DO DUALISMO NATUREZA/CULTURA	
Mariana Fernandes Oliveira Varão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116078	
CAPÍTULO 9	82
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DA POPULAÇÃO LGBT E SUA (IN)APLICABILIDADE AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Fernanda Xavier de Souza	
Marcia Schlemper Wernke	
Camila Stefanos Oselame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116079	
CAPÍTULO 10	94
HETERONORMATIZAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE	
Maria Paula Alves Faria	
Yanny Ferreira da Silveira	
Rodrigo Guilherme Tomaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160710	
CAPÍTULO 11	103
O LOCAL FRENTE AO GLOBAL DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PELAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPES)	
Rodrigo Parras	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160711	
SOBRE A ORGANIZADORA	120
ÍNDICE REMISSIVO	121

CAPÍTULO 4

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DE LEITURAS CLÁSSICAS DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 01/07/2021

Bárbara Maria de Lana Luiz

Universidade Federal de Minas Gerais
Fafich - Belo Horizonte Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7011401239371254>

RESUMO: Com o desenvolvimento deste capítulo, pretende-se percorrer e analisar o modo como as relações entre homens e mulheres se apresentam em diferentes momentos da história, e como estas relações nos levam a perceber o papel da mulher nas diferentes esferas da sociedade, além de demonstrar a posição da mulher e do homem na divisão sexual do trabalho. Pretende-se, ainda, com esta construção, fundamentar sociologicamente o presente estudo ao referenciar os clássicos, tendo em vista que esta análise perpassa diferentes percepções dos sociólogos Karl Marx, Frederich Engels, Max Weber e Marianne Weber que, na construção de suas teorias, estudaram as relações de dominação de uns grupos sobre os outros.

PALAVRAS-CHAVE: Homem, mulher, divisão sexual do trabalho.

THE SEXUAL DIVISION OF LABOR FROM 19TH CENTURY CLASSICAL READINGS

ABSTRACT: The main purpose with the development of this chapter is to discuss and analyze the manners of which relationship between men and women are presented in different times in history and how these

relationships lead us to perceive women's role in distinct spheres of society in addition to demonstrate the position of women and men in the sexual division of labor. It is also intended with this construction to sociologically corroborate the present study by referring to the classical, considering that this analysis permeates distinct sociologists' perspectives as Karl Marx, Frederich Engels, Max Weber e Marianne Weber who, during the construction of their theories, studied the relation of domination in some group over others.

KEYWORDS: Men, women, sexual division of labor.

1 | A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE – PERSPECTIVAS CLÁSSICAS

A saber, Marx e Engels contribuem para esta análise ao estabelecerem o materialismo histórico como método de análise das mudanças sociais. Max Weber, por sua vez, trata as relações sociais por meio da análise do poder, ou ainda, a partir do que ele conceitua como dominação – interessa-nos aqui, mais especificamente, a dominação tradicional.

Compreende-se que a relação entre homens e mulheres na sociedade deva ser analisada visando compreender como as desigualdades na divisão sexual do trabalho se deu, de uma forma global e com tamanha relevância, que ainda nos dias de hoje persiste sob vários aspectos na vida destes como é o

caso do mercado de trabalho e do trabalho doméstico, que traduz, aqui, a análise do estudo.

A divisão sexual do trabalho, da forma como será abordada neste estudo, trata da maneira como o trabalho é dividido socialmente nas relações entre os sexos, sendo essa forma histórica e conjunturalmente modificada em cada sociedade em diferentes tempos e espaços (HIRATA E KERGOAT, 2007). Embora vivenciada sob distintas perspectivas históricas, o que tem permanecido e perpassado é a designação dos homens à esfera produtiva ou a esfera pública onde desempenham de forma predominantemente o papel de provedor da família, enquanto às mulheres a esfera reprodutiva ou privada, uma vez que cabe a ela o papel do cuidado do lar e da família.

Neste âmbito, estabelecer a fundamentação sociológica e a análise da divisão sexual do trabalho desde a origem das sociedades, contribuirá para a compreensão da repercussão do trabalho moderno na vida das mulheres, abarcando o público e o privado. Mais especialmente sobre a maternidade (tida como limitação para o trabalho produtivo) e o mercado de trabalho (onde ainda subjaz a lógica masculina). Com a construção deste capítulo, pretende-se, por fim, esclarecer que a questão da divisão sexual do trabalho tem sido problematizada desde a divisão social do trabalho que se estabelece nas sociedades observadas por Marx e Engels e, portanto, trazer à tona as diferentes reflexões acerca do tema em um contexto que remonta a nossa sociedade podendo contribuir para um exame da contemporaneidade, que, de alguma forma, tem suas bases no exposto pelos autores.

1.1 Uma perspectiva materialista

A conceptualização de divisão sexual do trabalho pode ser percebida na definição dada por Hirata e Kergoat que retomam e corroboram a análise marxiana ao entenderem que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599)

A análise da divisão sexual do trabalho pode ser feita a partir da definição de divisão social do trabalho dada por Marx e Engels na obra *Ideologia Alemã (2007)* em que constroem o conceito de materialismo histórico. Segundo os autores, a história da existência dos homens está condicionada à produção do seu meio, ou seja, à produção de sua vida material. Para eles:

A forma como os indivíduos manifestam sua vida reflete muito exatamente aquilo que são, o que coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como a forma como produzem. (MARX e ENGELS, 2007, p. 12)

Assim, de acordo com os autores, a relação entre os indivíduos pressupõe que estes estão condicionados pelos modos e meios de produção da vida material, à medida que na produção da vida material impõem-se a divisão do trabalho, ou seja, a divisão e

determinação do trabalho exercido por cada indivíduo (no campo, na cidade, no comércio, na indústria etc).

Nas tribos, onde se apresenta a primeira forma de propriedade, a divisão do trabalho é pouco desenvolvida e “limita-se a constituir uma divisão do trabalho natural que existia no âmbito da família” (Marx e Engels, 2007, p.14). Asseveram, ainda, os autores:

É deste modo que se desenvolve a divisão do trabalho que primitivamente não passava de divisão de funções no ato sexual e, mais tarde, de uma divisão natural do trabalho consoante os dotes físicos (o vigor corporal, por exemplo), as necessidades, o acaso, etc. (MARX e ENGELS, 2007, p.35).

No entanto, a divisão do trabalho só passa a existir efetivamente com a divisão do trabalho material e intelectual. Neste sentido emerge para eles, a partir desta divisão social do trabalho o conflito, necessário à sociedade pois:

(...) através da divisão do trabalho torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo caibam a indivíduos distintos; então, a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão do trabalho” (MARX e ENGELS, 2007, p.37).

Os conflitos mencionados por Marx e Engels referem-se aos conflitos das classes que surgem a partir da distinção na divisão do trabalho. Nesta esfera, a distinção entre os indivíduos também trata-se da relação entre os sexos na divisão social do trabalho.

Sob o olhar materialista proposto pelos autores, compreende-se que a distinção dos indivíduos na divisão do trabalho, na qual eram condicionados pela detenção ou não dos meios de produção, e na divisão entre produção material e intelectual desencadeou a divisão sexual do trabalho como ainda é percebido nos dias atuais. Esta perspectiva nos leva ao entendimento de que a dominação do homem sobre a mulher se deu pelo fato de o homem deter os meios e os modos de produção, ou seja, por realizar o trabalho produtivo, enquanto que à mulher, escravizada pelo homem, cabia realizar o trabalho reprodutivo de cuidado com os filhos e doméstico. A saber, Marx e Engels consideravam que as primeiras formas de divisão social do trabalho se manifestavam ainda no contexto rudimentar das tribos, onde a divisão do trabalho “natural” existia no âmbito da família, sendo a estrutura social uma extensão do âmbito familiar. Neste sentido, Marx considerava que:

Esta divisão do trabalho, que implica todas estas contradições e repousa por sua vez sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição desigual tanto em qualidade quanto em quantidade; dá, portanto, origem as propriedades cuja primeira forma, o seu germe, reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. (MARX, 2007,p.37).

A divisão do trabalho defendida por Marx e Engels (2007) é compreendida como inerente à produção material e se dá de forma natural e involuntária, na qual a ação transforma para o indivíduo um poder estranho que lhe impõe e subjuga, sobre o qual este

não pode dominar e nem sair. Também é entendida por Engels (1984), que as atribuições (individuais ou coletivas) produtivas nas estruturas socioeconômicas, onde cada sujeito possui uma função na estrutura social da qual emana seu status perante a sociedade, permite compreender o modo como se estabeleceram as classes sociais considerando a relação entre os indivíduos e, especialmente ao que aqui nos interessa, a dominação de uns indivíduos sobre os outros através dos modos e meios de produção.

A divisão do trabalho fundamentada nos sexos com base na propriedade privada e na família monogâmica teria sido, historicamente, a primeira forma de desigualdade de classes segundo Friederich Engels (1984) que, ao analisar o papel da mulher em seus primórdios sob uma perspectiva materialista, contribuiu significativamente com este estudo ao conceber *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1984)*, onde ele examina na origem da família, no decorrer de sua evolução da poligamia à monogamia em que a proibição das relações consanguíneas desencadeia no matrimônio como ainda vivenciamos.

Engels caracteriza, no contexto em que o homem detinha, ainda de modo precário, os meios de produção e que utilizava como meio de provisão básica da sobrevivência os recursos prontos encontrados na natureza, a sociedade “selvagem” e “bárbara” e o modo como homens e mulheres se relacionavam. Nestas relações, onde predominava a poligamia, os filhos da relação entre eles sabiam-se apenas filhos de uma mulher, ou seja, em um meio em que todos pertenciam a todos não era possível determinar a paternidade, cabendo às mulheres, em meio a família comunista primitiva, garantir a seus filhos os meios e cuidados para a sua sobrevivência. Sendo que, para ele:

(...) lar comunista significa predomínio da mulher na casa; tal como reconhecimento de uma mãe própria, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai; significa alto apreço pelas mulheres, isto é, pelas mães. (...) Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontravam nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre, como também muito considerada” (p.51).

Mais adiante, no momento em que é denominada a fase posterior da “barbárie”, ele conceitua enquanto família sindiásmica (caracterizada pelo início das relações monogâmicas) que ocorreu após uma série de proibições de relacionamentos consanguíneos, (que sucede às famílias consanguíneas) e a família punaluana (caracterizada pelo predomínio das relações poligâmicas), a mulher se encontrava em uma relação conjugal proibida de cometer adultério, sendo esta severamente castigada por isso. Sendo assim, “as mulheres escasseavam e era necessário aos homens procurá-las” (p.50) diferentemente das famílias anteriores em que “os homens nunca passavam por dificuldades para encontrar mulheres, e tinham até mais do que precisavam” (p.51) assim tornando estas objetos de raptos, compra e dos comuns arranjos matrimoniais. À mulher diante da impossibilidade de ter outros homens, como era natural em outras gerações, e ao homem sendo permitida a

poligamia e a infidelidade, constituíam laços frágeis no matrimônio, no qual, segundo o autor, com sua debilidade, era incapaz (?) de suprimir o lar comunista que o precedeu. Assim a mulher, “civilizada”, difundida em todas as formas de sociedades viam-se obrigadas a trabalhar muito mais do que deveriam e eram mais consideradas que os homens:

A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem posição social bem inferior à mulher bárbara, que trabalha duramente, e, no seio do seu povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama e o é de fato por sua própria posição” (p. 52).

Neste sentido, o que percebemos diante do exposto por Engels nesta obra é uma sociedade em que a mulher e seu papel eram considerados, na qual as “selvagens” e as “bárbaras”, estranhamente ao que os civilizados percebem, detinham reconhecimento social. Nestas sociedades a divisão sexual do trabalho nada tem a ver com a detenção dos meios de produção e os modos de provisão da sobrevivência mas, sim, com a “posse” verdadeira dos filhos, dos quais, aliás, recaía sobre essas mulheres o cuidado e subsistência, circunstância esta, revertida com a evolução do modo e dos meios de produção. A posse de escravos e a criação de animais possibilitou ao homem aumentar a produção e acumular produtos para sua sobrevivência. Quando, em curto prazo, todos esses recursos foram convertidos em propriedade particular das famílias, “junto a verdadeira mãe tinha posto o verdadeiro pai” (p.58), pois que:

De acordo com a divisão do trabalho de então, cabia ao homem procurar alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso, era, por direito o proprietário dos referidos instrumentos e em caso de separação levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava seus utensílios domésticos (p. 58).

As riquezas, fruto da produção do homem, a ele pertenciam e não podiam ser herdadas pelos seus filhos pois, estes pertenciam, de acordo com o sistema matriarcal vigente, à mãe e não ao pai, isto é, toda riqueza era herdada pelos consanguíneos do pai – seus irmãos e irmãs que pertenciam à linhagem de sua mãe. Esta condição dava ao homem uma posição mais importante que a da mulher no seio da família pois, sendo ele o único detentor dos meios de produção, dos produtos e da acumulação, fazia “com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno” (p.59). Esse direito, porém, deveria ser abolido. E o foi.

Sendo a filiação materna e o direito materno assim abolido, estes passaram a ser pertencentes à filiação masculina e ao direito hereditário paterno, passando, assim, à vigência do patriarcado nas sociedades significando o desmoronamento materno –“a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (Engels, 1984, p.61) visto que “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução”. (p.61).

Com o estabelecimento da monogamia, o casamento passou a ser configurado como um modo de reprodução da linhagem paterna, não significando uma conciliação entre o homem e a mulher e tão pouco “uma forma elevada do matrimônio” (p.70) mas sim uma relação caracterizada pelos interesses econômicos do homem. Sendo esta relação caracterizada especialmente pela dominação de um sexo sobre o outro, ou seja, do homem pela mulher. Segundo Engels e Marx “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (p.70) acrescentando a isso, este é, também, o primeiro antagonismo de classes e a primeira opressão de classes, a do sexo feminino pelo masculino. (p.71).

No sentido materialista proposto por estes autores a divisão sexual do trabalho é necessariamente consequência da posse dos meios de produção pelo homem. Segundo eles, a relação de dominação do homem sobre a mulher, se dá pela relação de produção e reprodução, que ao longo da história foi se concretizando, juntamente com a criação de novos e mais eficientes meios de produção. No entanto, a predominância e persistência desta relação ao longo dos tempos faz-nos problematizar a análise materialista sobre a divisão sexual do trabalho, ou seja, a emergência do conceito da divisão sexual do trabalho tem um papel muito importante para questionar a definição clássica de trabalho (HIRATA e KERGOAT, op. cit.). Neste sentido, compreende-se que o debate sobre classe posto por Marx e Engels não dá conta do conjunto da realidade do trabalho, pois num primeiro momento, parece haver uma destinação dos homens ao trabalho produtivo e uma destinação prioritária da mulher ao trabalho reprodutivo. Porém, o que se vê em outras épocas é muito mais do que isso: as mulheres estão inseridas simultaneamente nas duas esferas – produtiva e reprodutiva. Percebe-se, neste ponto, ser necessário explorar este conceito sob outras perspectivas, visando a compreensão mais aprofundada sobre sua origem, prevalência e consequências.

1.2 Poder, dominação tradicional e o patriarcado

Max Weber (2004, p.11) define como poder a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realizar a sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação. O exercício legítimo do poder é denominado por Weber como dominação e a sua prática recorrente cria estruturas para sua manutenção, desenvolvendo um consenso sobre a validação de seu exercício, de modo que dominados e dominantes aceitem como legítima a ordem de decisão. Ele assim define:

Por dominação compreendemos, então ,aqui, uma situação de fato , em que a vontade se manifesta (“mandado”) do dominador ou dos dominadores quer influenciar as ações de outras pessoas (do dominado ou dos dominados) , e de fato influência de tal modo que essas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência) (WEBER,2004, 191).

De acordo com Max Weber, existem três tipos de dominação pura: a tradicional, a carismática e a racional legal. A que aqui nos interessa, a dominação tradicional, consiste na crença em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se baseiam nos costumes para exercer a dominação, sendo o patriarcado exemplo deste tipo de dominação. A dominação tradicional, alicerçada na tradição e no costume, é a base do patriarcalismo que pode se manifestar nas relações administrativas, mas também na família onde o pai é o chefe soberano que determina o papel dos membros do grupo (MATOS, 2017, p.11). Assim a família, uma célula tradicional, é a primeira agregação de cada um, onde também se exerce e ensina a tradição.

Ao discutir dominação patriarcal Weber (2004) ressalta o poder patriarcal como a mais importante estrutura pré-burocrática. “Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica” (WEBER, 2004 p.234), autoridade está constituída por falta de poderes concorrentes; pela piedade; pela convivência íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, mas principalmente pela tradição, pelo “eterno ontem”.

Em *Authority and Autonomy in Marriage* (1912), de Marianne Weber, expõe o exemplo claro da dominação tradicional do homem sobre a mulher ao discorrer sobre a relação entre homens e mulheres no casamento monogâmico que foi instituído primeiramente pelos gregos e romanos. Segundo ela, a origem da submissão da mulher ao homem inicia-se na antiguidade onde o homem era “proprietário” da mulher e de seus filhos, bem como exposto por Engels (1984). Ela cita:

Whoever wants to fundamentally understand and correctly judge the inner structure of marriage and the relation between the sexes must at least cast a short glance at the history of its development, above all at the leading ideas through which it has been defined. As far as can be determined, at the beginning of all history the woman was the property of the man among all of the civilized peoples of Europe. (p. 86)

Ou seja, a relação do homem e da mulher tem fundamentação no direito do mais forte: o patriarcalismo primitivo. Neste contexto, Marianne Weber partilha com a percepção de Engels (1984) sobre o caráter da relação de propriedade da mulher pelo homem na família sindiásmica – a monogamia era imposta somente a mulher que “She alone was the one who had to answer for the realization of a social and ethical ideal which antiquity already revered and recognized” (WEBER, 1912, p. 87).

Em contraste com os gregos e romanos, o judaísmo, segundo Marianne Weber, cercou o casamento com uma consagração religiosa que criou para o marido uma “ajudante” impondo à mulher a palavra “your will shall be subordinate to your husband and he shall be your master” (WEBER, 1912, p.87). Em consequência a essa imposição o patriarcalismo determinou a estrutura do casamento cristão até nossos tempos em que:

Cristianity created a large, new cultural product: the deepening of the demand of “legalized” monogamy into an indispensable religious- cultural imperative, that now was not only directed toward the woman, but rather, for the first time

in history, emphatically toward the man as well. (Weber, 1912, p.87)

O casamento também teve seu significado no protestantismo, em que o pensamento da mulher foi “the thought of religious equality of the woman was taken seriously for the first time” (WEBER, 1912, p. 89), ou seja, o pensamento sobre a mulher foi elevado a uma relativa igualdade em relação aos homens. Em razão da contribuição da ética dessa doutrina religiosa que propõe aos indivíduos que ajam racionalmente e não de acordo com seus “instintos” (é dessa forma que ela coloca?), o que, de certa forma, também contribuiu para o aprofundamento de ideal material e a formação da vida conjugal cotidiana. Esse ideal protestante foi porém suprimido prevalecendo a tradição cristã do poder do homem sobre a mulher.

Em todos os momentos históricos contemplados por Marianne Weber para demonstrar a predominância do patriarcalismo nas relações conjugais, a mulher pertencia à esfera doméstica sendo responsável pelo cuidado com os filhos e com o lar. Essa conjuntura, segundo ela, é revertida quando:

The woman life forces of the machine age blew open the circle of her family duties, led her away from the protection of the house, and thereby out of the husband's sphere of domination. The increasing reduction of household work under the pressure of a technical and economic forces compels a constantly increasing percentage of women to either temporal or permanently stand on their own feet outside the home. (p. 90).

Além de sua exposição sobre o domínio do patriarcalismo, demonstrado ao longo da história nas relações entre os sexos, Marianne Weber é, ela mesma, o exemplo da mulher que se encontrava no contexto da industrialização e da sociedade fortemente marcada pelo patriarcalismo. Seu olhar feminista sobre a posição das mulheres nesta época traz à tona as consequências do patriarcalismo para a relação entre homens e mulheres diante de seu papel social:

The wife who is subordinated remains “subordinated” in the totality of her being: almost a child, naive to the world, intellectually contented, enclosed in the circle of the household, fixed in her interests on the purely personal and trifling. And this is the tragic irony of her fate: this woman who, in order to comply with her husband's wishes, did not fully develop her power of moral judgment and her intellectual abilities is normally left mentally and spiritually far behind in the course of the years of aspiring, alert husband.

Suas reivindicações postas em “*Autoridade e Autonomia no casamento*” demonstram já uma insatisfação feminina com a posição de submissão ao homem. Para ela, a construção da autonomia da mulher, tanto na esfera familiar como na esfera pública, apagaria a imposição do patriarcado na sociedade, possibilitando à mulher o exercício de seu papel social em uma posição igualitária a do homem em que é relevante seu pensamento e atuação. Ela postula:

Modern women alone would now like to be declared of age, and to be respected

by the husband as a companion for life who, like him, stands before the face of eternity responsible for her actions, and who, like him, must autonomously prove herself in the world.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Frederich .A Origem da Família do Estado e da Propriedade Privada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1984.

HIRATA, Helena; **KERGOAT**, Daniele. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37,n.132,set/dez. 2007.

MARX, Karl. A Ideologia Alemã. 1. ed. Rio de Janeiro, Boitempo, 2007.

MATOS, Daniela.Dominação, Relações de Gênero e Trajetórias de Elevação da Escolaridade.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 5. Ed. Rio de Janeiro. LTC,1979.

_____. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.Vol 1. São Paulo:UnB,2004

WEBER, Mariane. Authority and Autonomy in Marriage.

SOBRE A ORGANIZADORA

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/ Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Androcentrismo 45

Ativismo digital 24, 26

B

Brasil 1, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 34, 45, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 67, 68, 70, 79, 82, 84, 85, 86, 89, 93, 99, 111, 115, 116, 117, 118, 120

C

Candidaturas 26, 27, 28, 30

Ciberfeminismo 24, 26

Cidadania 1, 3, 89, 92, 94, 100, 120

Comportamento 11, 52, 54, 57, 59, 68, 109

Conciliação 41, 49, 62, 66, 68, 69

Constituição cidadã/Constituição Federal 16, 21, 47, 48, 94

Corpos 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79

Covid-19 2, 3, 15, 17, 20, 22, 23, 56

Crianças 2, 5, 18, 21, 38, 69, 70, 90, 96, 100

Cultura 4, 13, 25, 26, 49, 60, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 96

D

Dignidade 4, 5, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Direitos humanos 1, 5, 6, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 84, 85, 88, 90, 93, 120

Diversidade 2, 3, 7, 14, 74, 83, 92, 94, 102

Divisão sexual do trabalho 36, 37, 38, 40, 41, 44, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

E

Economia 4, 44, 52, 53, 68, 95, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 118, 119

Eleições 24, 25, 29, 30, 31, 33, 34

Empreendedoras 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59

Equidade/Igualdade 5, 6, 43, 47, 48, 49, 66, 69, 84, 91, 94, 105, 110

Exportações 110, 111, 112

F

Família 4, 5, 8, 16, 20, 21, 22, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 47, 55, 64, 65, 66, 68, 69, 75, 93, 98

Feminicídio 1, 14

Feminismos 1, 14

Filhos 8, 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 98

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 63, 64, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 94, 95, 97, 101, 120

Globalização 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117

H

Heteronormatividade 73, 78, 94

Histórias/Relatos de vida 52, 55, 57, 59, 80, 102

I

Identidades 2, 24, 26, 71, 72, 76, 77, 88

Inovação/Sistema de inovação 34, 54, 103, 104, 108, 109

Internet 14, 24, 26, 34

Interseccionalidade/Interseccional 2

L

Lei Maria da Penha 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23

LGBTQIA+ / LGBT+ / LGBT / LLGBTQIA+ 2, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94

Liberdade sexual 94

M

Maternidade/Maternidades 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 37, 45, 47, 49, 62, 68, 69, 70, 71, 76, 96, 98

Mulher/Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 120

N

Negócios 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 107, 116

Netnografia 24, 25, 26, 28, 35

P

Partidos políticos 26

Política 6, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 51, 77, 90, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 118

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 21, 22, 49, 53, 70, 82, 83

Q

Queer 71, 72, 73, 74, 79, 80, 83

R

Redes sociais 24, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 56

S

Salários/Remuneração 45, 47, 49, 67, 107

Sexualidade 74, 76, 79, 80, 83, 85, 95, 96

Sistema de justiça 2, 3, 8, 11, 13

Sistema prisional 82, 83, 86, 92

Subjetividades 71, 72, 75

T

Tecnologia 25, 60, 96, 108

Trabalho 3, 17, 26, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 82, 89, 95, 96, 113, 117

Trabalho doméstico 37, 62, 65, 66, 70

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 80, 84, 93, 101





Violências sobrepostas 1, 2, 6, 13, 14

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



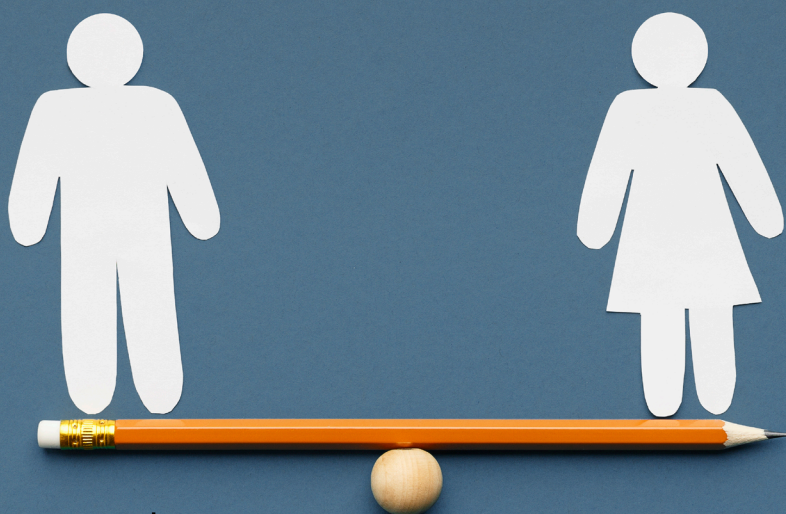
-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021